

SESSÕES DO PLENÁRIO

87ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 09 de setembro de 2015.

PRESIDENTE: DEPUTADO CARLOS GEILSON (3º VICE-PRESIDENTE)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bira Corôa, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Gika, Herzem Gusmão, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Leur Lomanto Júnior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Robério Oliveira, Roberto Carlos, Robinho, Rogério Andrade, Rosenberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Vando, Zé Neto e Zó.(51)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Leitura do expediente.

OFÍCIO

Do Deputado Paulo Rangel comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 03, 04, 05, 10, 11, 24 e 25/08/2015.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Proposta de Emenda à Constituição que revoga os incisos III e VII do artigo 77 da Constituição do Estado. A Mesa Diretora

da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, com fundamento no artigo 74, inciso III, da Constituição Estadual promulga: 1) ficam revogados os incisos III e VII do artigo 77 da Constituição do Estado da Bahia; 2) esta emenda à Constituição entrará em vigor na data da sua publicação.

Antes de passar ao Pequeno Expediente, gostaria de submeter ao Plenário as atas das seguintes sessões: 79^a, 81^a, 82^a e 84^a ordinárias, realizadas, respectivamente, em 24, 26 e 31 de agosto e em 02 de setembro de 2015; e 40^a, 42^a e 43^a especiais, realizadas, respectivamente, em 27 e 31 de agosto e em 03 de setembro de 2015.

Em discussão as atas que acabam de ser anunciadas. (Pausa.) Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovadas.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pequeno Expediente.**(Oradores inscritos)**

A primeira a dar presença e a primeira a usar a tribuna desta Casa é a nobre deputada Luiza Maia.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, inicio a minha fala fazendo um registro de repúdio à Câmara de Deputados, em Brasília. No meio dessa crise política que os deputados alimentam constantemente, eles ainda têm tempo para discutir o decote e o tamanho da saia das mulheres. Realmente é uma piada, é uma coisa que não tem cabimento. Quero deixar, aqui, registrado esse meu repúdio. Aquela Casa deveria se preocupar, realmente, em defender os direitos e em avançar nas lutas e conquistas do nosso povo, inclusive das mulheres. Eles, recentemente, derrubaram a nossa proposta de cota para as eleitas.

Quero também, Sr. Presidente, fazer um registro de aplauso à ex-vereadora Léo Kret, que me mandou um vídeo comunicando que a Banca La Fúria, que ela organiza no trio para a parada gay de domingo, não cantará baixaria nenhuma. Eu agradeço os elogios que a ex-vereadora tem feito ao nosso trabalho e a nossa luta, mas quero saber o que eles cantarão, porque a La Fúria só tem baixaria! Então, vai ser uma complicação. Pode cantar sertanejo, arrocha ou qualquer coisa de outros cantores.

O deputado Pastor Sargento Isidório não está aqui, mas quero deixar claro que não disse, em nenhum momento da minha fala para o Bahia Notícias, que iria educá-lo. Disse apenas que dialogaria com ele sobre a questão desse projeto desnecessário. Vou dialogar! Meu papel, aqui, não é educar. Você, que fez aquele parecer horrível para aprovar um projeto desnecessário...

Eu queria fazer seis perguntas para o Pastor Sargento Isidório: ser hétero, hoje, no nosso País é considerado insulto? O hétero é ridicularizado por ser hétero? Sabemos que não! Os héteros são perseguidos na escola? São renegados pelos pais? São desqualificados no trabalho? São considerados como pessoas com desvio no plano de Deus? Se eles têm cidadania plena negada?

Eu compreendo esse projeto do deputado Pastor Sargento Isidório, como uma brincadeira nesta Casa, que tem o dever de tratar de coisas sérias. Querer dar privilégios ou oportunidades para quem sempre teve tudo? Não consigo entender!

Estamos estudando o parecer do deputado Euclides Fernandes, que foi bem embasado e contrário a esse projeto. Mas, infelizmente, apareceu um jovem que nos deixou perplexos por redigir um parecer favorável ao Dia do Orgulho Hétero. Acho que é uma coisa completamente desnecessária. Não vejo como esta Casa aprovar.

Fui indicada como relatora e agradeço muito ao nobre presidente da Comissão dos Direitos Humanos, deputado Marcelino Galo. Quero fazer essa discussão neste Plenário, porque vejo isso como uma provocação aos movimentos sociais, aos movimentos das minorias, que tentam se afirmar mostrando seus trabalhos, sua luta e a violência e o desrespeito que sofrem constantemente.

Neste minutinho que resta, deputado, quero reforçar mais uma vez a nossa campanha para dizer não! Dizer basta às campanhas dos publicitários que utilizam as mulheres como mercadorias. Estamos vendo que a grande maioria da publicidade, hoje, usa imagens pornográficas e sexuais – um verdadeiro desrespeito à sexualidade da mulher – para vender seus produtos.

Na semana que vem, provavelmente, estaremos lançando essa campanha nas ruas: Se o produto tem valor, não precisa usar mulher seminua para vendê-lo. Conto com o apoio desta Casa.

Queremos discutir, já que, existe um debate que considera esse projeto inconstitucional, porque não nos cabe legislar sobre propaganda ou publicidade. Não estamos fazendo isso. Queremos que se respeite a Constituição do Estado da Bahia e o direito das mulheres de não verem a sua imagem enxovalhada, desgastada, desmoralizada, rebaixada à coisa, à mercadoria, como vemos sempre na grande maioria da publicidade.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Muito obrigado, deputada Luiza Maia.

Com a palavra o deputado Pablo Barrozo pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. PABLO BARROZO:- Sr. Presidente, pessoas das galerias, imprensa, queridos amigos deputados e deputadas, infelizmente, uso esta tribuna para falar sobre o fechamento da Santa Casa de Misericórdia da cidade de Itaberaba.

Fiz questão de falar logo após a deputada Luiza Maia, porque ela, que é tão afeita ao debate, sempre fala e sai do Plenário. Deputada, gostaria de lhe informar sobre o projeto de lei do deputado Pastor Sargento Isidório que chegou na CCJ.

Eu respeito muito o trabalho da deputada nas lutas das classes que sempre foram desmerecidas, que sofreram e sofrem preconceitos. Aprovamos o parecer porque, dentro da CCJ, há legalistas como os deputados Luciano Ribeiro e Luciano Simões Filho e seguimos a risca o que tínhamos que fazer na comissão, ou seja, avaliar a constitucionalidade, a legalidade e o rito que precisa ser seguido.

Todos nós emitimos o parecer e votamos favorável ao projeto do deputado Sargento Isidório, deputada Luiza Maia. Todos nós dissemos e deixamos claro que se

o projeto passasse nas outras comissões e viesse a Plenário, todos nós votaríamos contra o mesmo, porque não estávamos ali para analisar o mérito do projeto.

Acho este projeto preconceituoso e às avessas contra os homossexuais. Acho um projeto, realmente, descabido. Não cabe, nos dias de hoje, discutirmos isso. Mas, infelizmente, temos de ser justos e corretos com o que temos e nos prestamos a fazer.

Eu estou como membro da CCJ e, como tal, tenho de agir como membro da CCJ. Eu não posso agir como membro da Comissão de Constituição e Justiça de qualquer forma, ou seja, como se não soubesse o que se estava tratando lá e como se não soubesse as leis que regem aquela comissão.

O deputado Euclides Fernandes, inclusive, fez um parecer contrário, qual seja, parecer este muito bem redigido e esclarecedor e que teremos a condição de acompanhar.

Então eu queria esclarecer, para a deputada Luiza Maia, esta posição. Entendo que a luta dela é, às vezes, inglória, porque é uma luta que se vem travando há muitos anos.

Mas quero participar a ela o meu intuito, o meu empenho e o meu desejo, qual seja, o de que os homonexuais sejam respeitados. Não é uma bandeira minha. Não quero roubar esta bandeira de ninguém. Não fui eleito com essa bandeira de heterossexuais e homossexuais. Mas tenho o dever, como advogado e como deputado, de tentar aprender e respeitar as leis e o procedimento desta Casa e, ao estar na CCJ, fazer valer o meu direito de deputado.

Então V.Ex^a, deputada Luiza Maia, tem o seu direito e o seu dever; e eu tenho o meu.

E, lá, na CCJ, o meu voto foi dado. Sou eu e a minha consciência diante das leis. Não será V.Ex^a quem designará ou dirá o que eu tenho de fazer. Pontuado isso, gostaria que V.Ex^a respeitasse a minha posição.

Estando aqui, quero dizer que, infelizmente, a gente vê o governador Rui, do PT, cantar, em prosa e verso, aí, as obras que ele tem feito. Nós não vemos obra nenhuma na Bahia toda.

Mas eu queria cobrar, deputado Adolfo, do governador uma posição clara sobre a Santa Casa de Misericórdia de Itaberaba que acabou de ser fechada. Os hospitais estão, aí, à míngua. Estivemos, recentemente, nos municípios de Ilhéus e Itabuna. Vimos, lá, uma obra abandonada na qual foi gasto dinheiro público federal e estadual.

Quando adentrei ao hospital de Ilhéus, que eu não conhecia, vi que toda aquela região, deputada Ângela, está sofrendo muito com o descaso do governo Rui, do PT, com a saúde pública do nosso Estado.

Infelizmente, lá, em Itaberaba, está acontecendo o mesmo que está acontecendo em Ilhéus: descaso com a saúde pública.

Quero deixar este registro aqui e pedir um pouco de empenho do governador no que é importante, e não largar o interior do Estado, melhor, largar o Estado à míngua como está largando.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Concedo a palavra ao deputado Marcelino Galo pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. MARCELINO GALO:- Quero cumprimentar o nobre presidente ora em exercício, deputado Carlos Geilson, com a sua bela voz de radialista; os nobres deputados e deputadas, os presentes às galerias, nossos companheiros e companheiras funcionários desta Casa, imprensa, hoje, pela manhã, tivemos a ilustre visita, que muito nos honrou, da consulesa de Cuba, representação para o Nordeste brasileiro, cuja sede fica aqui na Bahia. Ela veio aqui, justamente, para implantar uma campanha que está sendo feita em nível internacional, tendo em vista que, no dia 27 de outubro, haverá uma reunião na ONU na qual se votará, mais uma vez, o fim do bloqueio contra este país-irmão.

Tivemos a oportunidade de visitar vários gabinetes de deputados estaduais. O primeiro, que nós visitamos, foi o do Líder da Minoria, deputado Sandro Régis, que nos recebeu muito bem, como é da sua natureza, pois ele é um deputado muito cordato. E, ali, foram explanados os motivos que levaram a consulesa a estar nesta Casa.

Também, visitamos o Líder da Maioria e do governo e várias Lideranças de Bancada no sentido de discutir esta campanha internacional que, também, está sendo feita, neste momento, no congresso americano e em várias casas legislativas do mundo e, aqui no Brasil, no Congresso Nacional.

Esta campanha veio a esta Casa justamente em busca do apoio dos parlamentares desta Assembleia para que, no dia 27 de outubro, vote-se a favorável ao fim do bloqueio contra Cuba que, há 50 anos, vigora e tenta asfixiar aquele povo e aquele país que tiveram a coragem e a nobreza, de forma muito determinada, de fazer uma revolução para se libertar das forças imperialistas.

Tal medida não foi admitida por parte de alguns países que partiram para uma vingança sórdida contra o povo cubano ao privá-lo, durante 50 anos, de fornecimento de alimentos e remédios, multando e perseguindo empresas que tinham relações comerciais com Cuba.

E, em 1959, todos os países do mundo, inclusive o Brasil, de forma vergonhosa, aceitaram fazer o bloqueio contra o povo cubano. Aqui, na América Latina, a exceção foi o povo mexicano que se negou a bloquear aquele país.

De forma que hoje, transcorridos os 50 anos, o próprio povo americano e o governo americano chegam à conclusão de que aquele povo não merece este bloqueio.

Há de se ressaltar a experiência cubana que muito ensinou à América Latina e ao mundo com os seus exemplos nas áreas das política, arte e ciência. E, hoje, Cuba dá uma colaboração fundamental a este País, na área da saúde, ao nos enviar os seus

médicos.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Para concluir, deputado.

O Sr. MARCELINO GALO:- Vejam, são 3 mil médicos para o Nordeste brasileiro. E desses médicos, 1.139 estão no Estado da Bahia. Quando chegamos a qualquer cidade do interior, vemos que os médicos cubanos são verdadeiras celebridades. Eles vão às casas das pessoas, participam da vida comunitária e têm a paciência profissional de ouvir o histórico familiar. Esta forma de atuação médica ensina e é uma grande referência para a saúde pública em nosso País.

Eu queria que os nossos parlamentares participassem desta campanha no sentido de conseguirmos emancipar de vez o povo cubano.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o deputado Adolfo Viana, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, ontem ocupei esta tribuna e tratei de um tema importantíssimo para o Estado da Bahia. Falei sobre um projeto de lei de minha autoria que foi apreciado por esta Assembleia Legislativa da Bahia em 2014, e aprovado por unanimidade, com todas as dispensas de formalidades, cujo teor diz respeito à concessão da meia-entrada para doadores regulares de sangue em eventos de esporte, cultura e lazer.

Hoje, deputado Rosemberg Pinto, ao ler os jornais, fiquei surpreso com o projeto de lei do meu amigo, deputado Fabrício Falcão, que concede meia-entrada a doadores regulares de sangue. Ora, já apreciamos esse projeto aqui, nesta Casa, e o aprovamos à unanimidade. Na época, o governador Jaques Wagner o vetou por entender ser inconstitucional. Nós fizemos consultas ao Supremo Tribunal Federal e levei aos deputados Rosemberg Pinto e Zé Neto a constitucionalidade desse projeto. Eles fizeram contato com o governo e, por acordo, derrubamos o veto do governador, à unanimidade.

Este projeto já foi aprovado, já derrubamos o veto do governador. Ele tem tudo para ser regulamentado e, assim, podermos ajudar a quem precisa de sangue no Estado da Bahia.

Eu queria só lembrar aos parlamentares desta Assembleia Legislativa, deputado Carlos Geilson, que tão bem fica nessa cadeira de presidente, que o ministro Eros Grau, há 10 anos, manifestou-se pela constitucionalidade do projeto no Supremo Tribunal Federal. E é um projeto que já está a beneficiar, há mais de 9 anos, o povo do Espírito Santo. O que o deputado Adolfo Viana espera é que o governo o regule, porque já foi aprovado e é constitucional, para que o povo da Bahia possa ser beneficiado.

O deputado Fabrício Falcão apresentou ontem um projeto idêntico, o que demonstra que o deputado Fabrício Falcão também é a favor de que criemos aqui campanhas e programas para aumentar a arrecadação nos bancos de sangue do Estado

da Bahia. Esse assunto é de consenso entre as Bancadas governista e oposicionista.

Deputado Rosemberg Pinto, V.Ex^a, como Líder do PT nesta Casa, e que goza de um prestígio singular com o atual governo do Estado da Bahia, poderia utilizar-se desse mesmo prestígio para ajudar a regulamentá-lo. No momento em que fizemos isso, tenho certeza de que ajudaremos muito aos que precisam usar os bancos de sangue do Estado da Bahia.

Volto a lembrar que no Espírito Santo essa lei já beneficia o povo há 9 anos. Tenho aqui, em mãos, a decisão do STF que diz que esta é uma lei constitucional. Então, cabe ao governo do Estado fazer a regulamentação, cabe aos deputados da Base do governo, que têm um acesso maior ao governo, alertá-lo para o fato de que os nossos bancos de sangue podem melhorar suas reservas através desse projeto de lei.

Quero lembrar que o governo do Estado gasta fortunas com campanhas publicitárias para estimular os cidadãos a fazerem a doação

E esse projeto, deputado Rosemberg Pinto, vai, sem sombra de dúvida, não somente ajudar a quem mais precisa do sangue como também ajudar ao governo do Estado a diminuir a quantidade de propagandas nesse sentido, que, no meu entendimento, é justíssimo. Quem precisa de sangue não pode esperar.

Então, esta Assembleia Legislativa pode contribuir chamando a atenção do governo do Estado para que regule essa lei de fundamental importância para quem precisa de sangue no Estado da Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Muito obrigado, deputado.

Com a palavra o nobre deputado, legalista, Luciano Ribeiro, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. Herzem Gusmão:- Uma questão de ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Questão de ordem do deputado Herzem Gusmão.

O Sr. Herzem Gusmão:- Antecipando, porque estou sentindo que há vários colegas querendo falar, conversei com o Líder do PT, deputado Rosemberg Pinto, que acordou de permitirmos que todos falem no Pequeno Expediente, para prorrogar o Pequeno Expediente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- O deputado Herzem propõe prorrogar o Pequeno Expediente.

Deputado Rosemberg, pelo governo, consoante com a proposta?

O Sr. Rosemberg Pinto:- Pode fazer duas intervenções, duas de um lado, duas do outro depois do tempo.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, eu só gostaria de concordar, obviamente, com o deputado da base de Oposição, uma vez que ele fez esse acordo, eu, como membro da Oposição, irei cumpri-lo.

Eu gostaria apenas de deixar claro ao meu amigo deputado Rosemberg Pinto que este Pequeno Expediente tem que ser preservado. Na semana passada a sessão foi derrubada no Pequeno Expediente e nós na oposição havíamos discutido que não iríamos mais fazer acordo, porque este havia sido quebrado na semana passada. Mas o deputado Herzem fez o acordo, vamos cumprir, e espero que de hoje por diante possamos preservar o Pequeno Expediente para que todos tenham a oportunidade de expressar o que pensam aqui neste plenário.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Veja bem, só quero dizer aqui ao meu querido amigo Adolfo Viana que tenho um apreço muito grande por ele, às vezes ele teima em achar que tentei cercear o debate aqui. Talvez eu seja o mais presente dos deputados de governo aqui e faço o debate o tempo inteiro.

Na semana passada só tinham sentados aqui o deputado Herzem Gusmão, o deputado Rosemberg e o deputado Luciano, presidindo a sessão o deputado Leur, o deputado Adolfo Viana estava chegando ao plenário, na hora só tinha inscrito o deputado Herzem. E na hora que o deputado Herzem terminou de falar, o presidente da sessão olhou para mim, aí pedi uma questão de ordem para derrubar a sessão. Então acabei mantendo a questão de ordem muito mais pela forma como foi tratada do que obviamente do ponto de vista do debate. Não tenho nenhum problema, acho que no Pequeno Expediente não existe aqui um acordo de que não pode fazer questão de ordem...

O Sr. Adolfo Viana:- Registre.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Não existe esse acordo de que não pode fazer questão de ordem. Na legislatura passada, os deputados de Oposição fizeram pedido para derrubar a sessão por diversas vezes no Pequeno Expediente. E isso o deputado Marcelo Nilo aqui deixou claro que não havia esse acordo mais. Mas o que acontece? Acordo não há, agora estamos combinando aqui não somente de ter o Pequeno Expediente como de ampliá-lo. Não vejo problema nisso.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- O.k., deputado.

A Presidência defere o acordo, embora eu, particularmente, sou contra esse tipo de acordo, porque temos os tempos dos Partidos aí para usar à vontade, até com muito mais tempo do que o pinga-fogo que são 5 minutos. Mas acordo é acordo e a presidência defere.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o legalista, deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, não me canso e não me cansarei de cobrar do Parlamento baiano uma postura de

independência frente ao Executivo, uma postura de protagonista no processo de criação, aperfeiçoamento e implantação de políticas públicas no Estado. De tanto cobrarmos, de tanto aqui reivindicarmos que projetos oriundos do Executivo não fossem votados como tem sido a sua prática de regime de urgência, combinou-se, acordou-se que um determinado projeto, aquele referente ao Funprev, que muda a vida dos servidores públicos do Estado da Bahia passasse pelas comissões.

Ainda que não da forma costumeira, resolveu-se, então, criar uma sessão com as comissões conjuntas para apreciação desse projeto, que se daria ontem, dia 8, um dia posterior ao feriado da Independência. Mas qual não foi a minha surpresa, depois de viajar 700 quilômetros para aqui estar no horário marcado, não encontramos os deputados governistas para dar quórum e poder permitir a discussão daquele projeto. Só tenho a lamentar esse fato.

Fica aqui registrado, portanto, que o gesto não passou, meu caro Rosemberg, de simplesmente um gesto, porque não houve, de fato, a verdade política, a vontade política de se querer fazer com os projetos sejam discutidos. O que é lamentável para esta Casa. Por isso, talvez, ela viva como tem vivido: o dia de ontem, o dia de hoje às moscas, com pouquíssimos deputados que querem discutir, e esses não fizeram o seu papel ontem.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero aqui também entender porque o governo, hoje, no Diário Oficial, apresenta um decreto criando um crédito extraordinário de R\$ 22,2 milhões, o que já seria estranhíssimo, já que o governador diz que não há dinheiro pra se gastar! Mas estranho é a finalidade desse crédito. Pasmem os Srs. Deputados: esse crédito é para devolução de convênios não executados! Isso significa que o governo do Estado recebeu dinheiro do governo federal para executar determinada obra e não conseguiu, certamente por falta de planejamento ou de competência administrativa, executar em tempo e hora e prazo determinado os convênios que foram assinados e foram contemplados. E aí teve que devolver o recurso. Isso tem sido uma prática deste governo.

No ano de 2014, Herzem, o governo devolveu R\$ 67,50 milhões de saldo de convênios, porque não os executou. Este ano já devolveu R\$ 33 milhões. Com mais R\$ 22 milhões, somam-se R\$ 55 milhões de saldo de convênios não executados.

É preciso, e talvez seja por isso que esta Casa está tão vazia, que esta discussão seja trazida para cá para que possamos entender essa mágica: “Não tenho dinheiro. Recebo dinheiro, mas não executo. Devolvo o dinheiro que recebi, porque não preciso”. Qual é a verdade, Sr. Governador? Tem dinheiro? Recebe-se dinheiro? Devolve-se dinheiro? Precisamos nesta Casa, pois, deixar de ficar de joelhos. Ela precisa ser protagonista, precisa ter a importância que deve ter. Há, nesta Casa, sessenta e três representantes da sociedade baiana, que aqui precisam dar satisfação ao seu povo, dar satisfação à sociedade, participar da vida efetiva da sociedade e poder cumprir os seus papéis de controladores externos do Poder Executivo.

Boa-tarde a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o deputado, de Vitória da Conquista, Herzem Gusmão, que está há mais de 40 anos no rádio, com sua voz forte. Todos nós radialistas somos seus admiradores e discípulos. Fez escola, no rádio da Bahia, pelo interior afora. Parabéns.

O Sr. HERZEM GUSMÃO:- Sr. Presidente, é sempre um prazer ter estas sessões comandadas por um radialista de Feira de Santana.

Quero saudar os deputados, funcionários, colegas da imprensa, vocês que nos acompanham através da *TV Assembleia*. Quero fazer um registro que, neste final de semana, na cidade de Vitória da Conquista, vai acontecer a 2ª edição da Feira Cultural Plural. Foi uma feliz iniciativa de um casal de médicos: Dr. Julio Aurich e Drª Rosa Aurich. Eles lançaram esse projeto em Conquista, no ano passado, com absoluto sucesso. Sabemos que, na Bahia – principalmente nas cidades do interior –, há carência de atividades culturais, tão importantes na formação de um povo.

Como essa edição fez muito sucesso, no ano passado, com duração de 1 dia só, este ano os promotores resolveram realizar o evento em 2 dias. O convidado especial será exatamente Oswaldo Montenegro. Ele encerrará as atividades da 2ª Feira Cultural Plural da cidade de Vitória da Conquista, que já entrou de maneira oficial no calendário de eventos culturais de todo o Sudoeste da Bahia.

Mas, Sr. Presidente, meu colega do rádio de Feira de Santana, Carlos Geilson, ontem recebemos uma notícia depois que esta possibilidade ficou congelada no Congresso Nacional. O deputado, do PT, Sibá designou o deputado baiano, de Vitória da Conquista, Waldenor Pereira para proferir o Parecer do Projeto de Lei Complementar de nº 137/2015, do senado federal, que dispõe sobre procedimento para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios.

Quero dar uma opinião, porque sei que esse tema é polêmico e muitas pessoas advogam que não temos condições, deputado Zó, de criar mais cidades no Brasil, que isso é um problema de orçamento. Eu ouvi e me passou o nome desse senador dizendo: “É melhor termos cidades pobres do que distritos miseráveis”. E é verdade.

Quero citar o exemplo da cidade de Vitória da Conquista, que tem uma das maiores extensões territoriais da Bahia e está entre os cinco maiores municípios do Estado. São 3.743 quilômetros de extensão. Você viaja entre os extremos de Vitória da Conquista, de Cercadinho a Visão são mais de 150 quilômetros. A distância, deputado Leur, de Vitória da Conquista a sua cidade de Jequié. Temos, no município de Vitória da Conquista, onze distritos que são verdadeiras cidades do interior, com mais população do que muitas cidades da Bahia. São 284 povoados, e a Prefeitura por mais que tenha um orçamento de 600 milhões é insuficiente para uma cobertura de uma extensão territorial como essa e tantas outras da Bahia.

Portanto o nosso apelo é que esta Casa possa cobrar um equívoco do passado, quando mandaram para Brasília o direito das Assembleias. Ninguém conhece mais a realidade da Bahia do que os deputados estaduais, porque os deputados conhecem os prefeitos, os vereadores. A extensão territorial do estado da Bahia é do tamanho da

França, tem deputados espalhados pelo Estado e sabemos das carências e necessidades do povo. E eu sou emancipacionista desde a década de 80 quando José Gonçalves votou um NÃO, já deveria ser cidade há 32 anos. Padece, não tem recursos, esquecida, não só José Gonçalves mas tantos distritos da nossa região.

Esse é o nosso apelo, presidente, para que a Assembleia Legislativa tenha um dia o direito de defender, advogar essa matéria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto, por 5 minutos, que está com a moral toda com o governador Rui Costa.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Sr. Presidente, deputado Carlos Geilson, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, imprensa, visitantes, servidores, se eu fosse bonito como minha mãe diz que eu sou e se eu tivesse o prestígio com o governo como meus amigos acreditam que eu tenho, eu estaria sentado aconselhando o governador em várias coisas.

Falar em aconselhamento, hoje um jornalista, meu querido amigo Levi Vasconcelos, fez uma matéria sobre a questão dos matadouros no interior do Estado. E eu tenho batido muito nessa questão, principalmente nós deputados oriundos das pequenas cidades do interior, e temos sofrido bastante.

Os municípios do jeito que se encontram não têm qualquer capacidade de reformular e adequar os matadouros locais para atender a uma regra do Ministério da Agricultura. E nem a iniciativa privada dessas cidades têm possibilidade de construir matadouros privados, porque não têm capacidade de sustentação econômica. É natural que cabe ao Estado e à União tomar as iniciativas. A União tomou uma iniciativa correta para evitar problemas de saúde ao se abaterem animais em condições de higiene não próprias. O que acontece é que 40% do abate era clandestino, deputado Herzem Gusmão. E 50%, ilegal, mas com o mínimo de higiene possível. E apenas 10%, legal. O governo do Estado, o governo federal, o Ministério Público cobraram com um grande rigor o fechamento desses abatedouros. E o que ocorre hoje? Itororó, que é minha cidade natal, conhecida no mundo inteiro como a cidade da carne do sol, se eu chegar hoje na feira e perguntar a qualquer pessoa qual o nome do frigorífico em que o gado é abatido todos respondem que é o “Frimato”. Ou seja, nós deixamos de ter um abate 40% clandestino, 50% ilegal e passamos a ter 90% do abate, hoje, clandestino, deputado Herzem Gusmão, por falta de planejamento e de capacidade de investimento do Estado para a recuperação dos abatedouros nesses locais, acreditando alguns gestores da política brasileira e da política baiana que os frigoríficos privados em outras cidades atenderiam a esses abates.

Ora, mudar essa condição por decreto, não existe. Temos uma cultura de 500 anos. E há a condição desses trabalhadores, que não têm a possibilidade de fazer investimentos para melhorar esses locais.

Eu quero, aqui, deputado Carlos Geilson, V.Ex^a que diz que eu chego a aconselhar o governador, neste momento, aconselhar ao meu querido governador Rui Costa para que crie uma comissão de trabalho, chame o Ministério Público, chame representantes do governo federal, para que possamos adequar os abatedouros que existem, criar um mínimo de condição de higienização, para voltarem a funcionar. Não será o abate da legalidade, mas será uma posição intermediária, para sair, deputado Zó, da clandestinidade até que o Estado tenha a capacidade financeira de ajudar esses abatedouros a irem para a regra do Ministério da Agricultura. Senão vamos ficar por, pelo menos, 10 anos, 20 anos com uma lei que não se aplica aos abates clandestinos no Estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Muito obrigado, deputado Rosemberg.
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Deputado Leur Lomanto, solicito a V.Ex^a que assuma a presidência para que eu possa fazer uso da palavra.

O deputado Sidelvan Nóbrega assumirá a presidência dos trabalhos para que eu possa fazer uso da palavra.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Com a palavra o deputado Carlos Geilson.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, deputado Sidelvan Nóbrega, fui surpreendido ontem por notas que li na imprensa a respeito de um projeto do deputado Zé Neto.

E por que isso me chamou a atenção? É que quando nós apresentamos o projeto, em 2011, o deputado Zé Neto disse que o deputado Carlos Geilson estava fazendo espuma, que o projeto era totalmente inconstitucional.

Qual foi a minha surpresa? É que o deputado apresentou, agora, o mesmo projeto. Senão, vejamos... Nada melhor do que um dia após o outro...

O Sr. Rosemberg Pinto:- Para ser constitucional, precisa do aval dele.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Ah! Para ser constitucional precisa do aval dele!

Nós apresentamos o projeto de lei – aliás, em 2012 – de nº 19.740/2012, que dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de detectores de metais em portas e sistema de inspeção por raios X, bem como os detectores de metais manuais, nos terminais rodoviários e portuários em municípios do Estado da Bahia com mais de 60 mil habitantes, e dá outras providências.

Pois bem. O deputado Zé Neto apresenta, agora, o mesmo projeto, porém capado, com poucos artigos, mal elaborado, mas a ideia central é a mesma: dispõe sobre a instalação de detectores de metais nas plataformas dos terminais rodoviários intermunicipais do Estado da Bahia”.

Ora, quando nós apresentamos, Rosemberg, era inconstitucional, o deputado Carlos Geilson estava fazendo espuma. O nosso projeto foi para a comissão e foi derrotado, foi derrubado, a comissão entendeu que era inconstitucional. Quando nós

apresentamos, o deputado Zé Neto criticou, e ele agora apresenta o mesmo projeto, só que um projeto tacanho, com poucos artigos, com uma justificativa falha, que não é abrangente. O nosso projeto, sim, tem cerca de 13 artigos, o mesmo projeto do deputado Zé Neto tem apenas 08 artigos, a justificativa é meia lauda, uma justificativa muito pobre.

Deputado Zé Neto, como V.Ex^a é o Líder do Governo e tem uma certa supremacia em relação aos demais, porque quando V.Ex^a coloca um projeto desse toda a mídia divulga, e divulgou. Agora, V.Ex^a se esqueceu de dizer que quando nós apresentamos o projeto, foi criticado por V.Ex^a. Mas, eu quero dizer ao deputado Zé Neto que o que importa é que - como ele diz estar realmente preocupado - possamos acoplar os projetos, o nosso que é muito mais amplo, que foi devidamente estudado, levantados vários itens e várias possibilidades.

Uma coisa é certa, meus amigos, minhas amigas, queridos deputados e queridas deputadas, nós temos que ter nos terminais rodoviários detector de metal. Recentemente um cidadão, uma quadrilha, nem posso chamar de cidadão, cidadão é um homem de bem, uns vagabundos, marginais pegaram um ônibus aqui na Rodoviária, em Salvador, no executivo que só ia parar em Feira de Santana, e chegando em Sebastião do Passé anunciaram o assalto. Por que isso aconteceu? Eles pegaram o ônibus na Estação Rodoviária, armados! Então, é necessário que se tenha detector de metais nos terminais rodoviários, e isso já era para ter acontecido há muito tempo. Espero que o governador Rui Costa, independente da nossa indicação, do nosso projeto, seja sensível a isso.

É inconcebível, hoje, para quem viaja, se vai no aeroporto tem toda uma fiscalização, é correto, isso é mais do que normal, mais do que justo, mas no Terminal Rodoviário o cidadão não tem uma proteção, quem estiver mal-intencionado viaja com faca, com facão, com foice, com revólver, com pistola e aí Deus sabe o que pode acontecer.

Portanto, eu conclamo o deputado Zé Neto, do alto da sua vaidade, porque se tem um deputado extremamente vaidoso, é o mesmo, que ele seja humilde, que acople o seu projeto ao nosso e que ele venha defender essa bandeira, que é a colocação de detector de metais nos terminais rodoviários, coisa que eu já venho defendendo desde 2012, e que quando nós apresentamos, infelizmente, num surto, talvez, psicótico, no momento, o deputado tenha entendido que era para fazer espuma. E, graças a Deus, que o mesmo caiu na real e entende que o nosso projeto é um projeto interessante, é um projeto que deve ser levado adiante, e apresenta o mesmo agora para tramitar na CCJ.

Esta é a minha fala, mais uma vez conclamando, pedindo ao deputado Zé Neto que seja humilde e que dê a mão à palmatória, que se venha juntar ao nosso projeto para que possamos, assim, defender, junto ao governo, a colocação de detector de metais nos terminais rodoviários do Estado da Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Informamos a visita dos estudantes da Escola Municipal Pedro Paranhos, lá de Portão. Sejam bem-vindos a esta Casa.

(Palmas.)

Com a palavra o deputado Zó, companheiro da Cidade de Juazeiro-Bahia.

O Sr. ZÓ:- Saudar os estudantes presentes e como o Presidente falou da minha cidade, Juazeiro da Bahia, quero dar duas notícias, Sr. Presidente. Primeiro, que choveu em São Roque de Minas. Para nós que estamos na beira do São Francisco, é muita esperança, porque há uma tendência em chegar um volumezinho de água, porque o Lago do Sobradinho, hoje, está com 11,5% de sua capacidade, chegando a 530 m³ de água, a expectativa é que suba um pouco, porque em Três Marias saltou de 300 para 400 m³.

E a tendência é que aumente um pouco. Se chegar água, acredito que vamos chegar ao período de chuva de novembro sem precisar ter que comprometer a nossa produção agrícola, que é tão importante para o Vale do São Francisco, para a Bahia, para o Nordeste e para o Brasil.

Então, muitas das frutas que a cidade do Salvador consome, vem da nossa querida Juazeiro e região. Também dentro desse aspecto, os flutuantes tão esperados, meu querido Carlos Geilson, lá para Juazeiro, para continuar irrigando as nossas frutas, saiu a licitação ontem e a licitação desses flutuantes vai salvar a nossa agricultura na nossa região.

Mas, venho aqui, deputado Herzem Gusmão, para tratar de um assunto parecido com o que V.Ex^a tratou, porque faz parte da Comissão de Assuntos Territoriais e Emancipação, comissão da qual faço parte, os deputados Rosemberg Pinto, Pedro Tavares fazem parte e pasmem o que vamos discutir aqui. Nós corremos muito aqui, deputado José de Arimatéia, alguns deputados levantaram a temperatura aqui, como Marquinho Viana para resolver as questões de divisão territorial. E conseguimos, até o dia 28 de junho, resolver 127 municípios, algo inédito nos Estados brasileiros, porque alguns Estados nem têm esse tanto de municípios e nós temos 417. Já tínhamos resolvido uma parte na época do ex-deputado João Bonfim.

O IBGE emite uma nota em que fala, deputado Bira Corôa, e depois vou deixar esse documento com V.Ex^a, porque já deixei com o deputado Luciano Ribeiro e quero agradecer, inclusive, porque ele ajudou na elaboração de um documento que vamos mandar para a direção do IBGE, mas vou deixar com cada membro para que amanhã assinemos um documento para o IBGE a nível nacional, para que possa reconhecer as nossas leis. Por quê?

Porque o documento do IBGE está aqui e ele fala que as populações estimadas dos 5.570 municípios brasileiros, em 2015, com data referência em 1º de julho, - e nós apoiamos 28 de junho -, incorporam as alterações de limites territoriais municipais ocorridas após o Censo Demográfico de 2010 até 30/04/2015.

Então, há um contrassenso. Esse documento, inclusive, foi tirado do site do

IBGE e vamos fazer um documento que está aqui, que faço à Presidente do IBGE, demonstrando tudo que foi feito e pedindo a ela que reconheça essas leis, porque ela vai comprometer a situação de diversos municípios da Bahia, que já nos procuram para tratar desse assunto. Municípios como Caém, Capiba, uma série de municípios.

Eu vou ler esse documento para a Presidente do IBGE, a Sr^a Wasmália Bivar:

(Lê) *“Demonstrando a inconformidade da Assembleia Legislativa da Bahia, com o procedimento adotado pelo IBGE, que num flagrante desrespeito ao Princípio da Legalidade, resolveu não levar em conta as Leis Territoriais aprovados por esta Casa Legislativa e publicadas no dia 30/04/2015, alegando que só consideraria as leis anteriores a 30/04/2015 para a determinação Estimativa Populacional com data base a 01/07/2015. Esta medida arbitrária, incoerente e ilegal está prejudicando 127 municípios que já vivenciam sérias dificuldades econômicas. Ressalta-se que as leis territoriais originais desses 127 municípios foram revogados pelas normas aprovadas, ou seja, o IBGE tenta estimar as populações em cima de leis anacrônicas, que não representam o contrato social existente e que por decorrência foram revogadas.”*

Então, esse documento será enviado à Presidente do IBGE e pedirei a todos da Comissão que assinem para dar mais legitimidade à uma luta que é de toda a Assembleia Legislativa e da população dos municípios baianos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Obrigado deputado Zó. Com a palavra o deputado José de Arimatéia. Depois, o deputado Bira Corôa.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, imprensa, Canal Assembleia, estudantes que estiveram nos prestigiando, já estão saindo, imprensa falada e escrita, primeiro, parabênz o nosso partido, o PRB, porque, ontem, em rede nacional, mostrou a sua força, a organização e a seriedade dos homens que representam a política do nosso País, como o senador Crivella, o ministro George Hilton, fichas limpas, deputados federais; enfim, mostrando para a Nação brasileira que o PRB já está preparado para as eleições de 2016. Os Srs. Deputados estão convidados e convocados também para assinarem essa ficha de filiação na hora em que a janela abrir.

Outro assunto, Sr. Presidente, (Lê) *“Nessa oportunidade, gostaria de fazer referência de que a data de ontem foi o Dia Nacional de Luta por Medicamentos. Trata-se de um momento de reflexão, porque no Brasil alguns pacientes, lamentavelmente, ainda enfrentam grandes dificuldades de acesso a tratamentos contínuos e medicamentos para combater doenças”.*

Quando eu estava como presidente da Comissão de Saúde, fizemos vários encaminhamentos ao Ministério da Saúde e realizei ainda audiências públicas chamando a atenção para esse problema que acomete muitas pessoas. Vou continuar

lutando por esta causa. E o mais grave que vejo nisso, Sr. Presidente, é que o Ministério da Saúde está gastando milhões com os processos encaminhados para a justiça. E não era para ocorrer isso. Se são remédios contínuos é como o Orçamento. Se aprovamos o Orçamento, o governo já vai trabalhar, durante aquele ano, dentro do Orçamento aprovado. Da mesma forma são os medicamentos contínuos.

Então o Ministério tem que acordar para isso, a Secretaria Estadual da Saúde do Estado da Bahia tem que, também, interferir com atenção especial a essas pessoas que vivem batendo portas. E outra coisa mais grave, estão sujeitas a perder a sua própria vida. Porque não têm o medicamento nem a condição financeira para comprá-lo.

Eu gostaria também, Sr. Presidente, de registrar que hoje é o dia de mandar aquele abraço para todos os médicos veterinários. (Lê) *“Segundo o Conselho Regional de Medicina Veterinária da Bahia, atualmente são cerca de 3.500 profissionais da área ativos. Agradeço de todo coração pelo amor, atenção e o cuidado que os médicos veterinários têm tido com os nossos animais, muitas vezes de forma voluntária.”* Eles fazem o papel deles com gestos de humanidade e amor. Muitas das vezes, atendem até fora da hora do trabalho. Ajudam as associações e ONGs que prestam relevantes serviços aos animais. Era o que gostaria de registrar.

Para concluir, Sr. Presidente, quero chamar a atenção dos Srs. Deputados que fazem parte da Comissão de Defesa do Consumidor que na próxima semana iremos à Aneel, em Brasília, para tratarmos de assuntos relativos ao elevado índice de aumento da energia. Já está agendado para o dia 17, em Brasília, já que eles não vieram aqui para a audiência que realizamos. Então iremos a Brasília.

Esse convite é direcionado não só aos deputados que compõem a Comissão, mas aos Srs. Deputados que compõem esta Casa para que possamos tomar providências no que diz respeito ao aumento abusivo da energia elétrica.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE(Sidelvan Nóbrega):- Obrigado, deputado Arimatéia.

Faltam falar os deputados Pedro Tavares e Bira Corôa que será o último.

Com a palavra o deputado Pedro Tavares.

O Sr. PEDRO TAVARES:- Sr. Presidente, Sr^{as} se Srs. Deputados, imprensa, Galerias, queria começar o meu pronunciamento me associando às palavras do Líder do DEM, deputado Luciano Ribeiro.

O deputado Luciano Ribeiro, assim como eu, estive aqui ontem para participar da reunião conjunta das Comissões para discutir um importante projeto que tramita nesta Casa. E os deputados do governo, mais uma vez, não deram quórum para discutir o importante projeto que trata do fundo de previdência dos servidores públicos. Esse projeto deveria ser debatido ao máximo com a sociedade e, mais uma vez, o governo foge ao debate e quer utilizar a velha tática de passar o rolo compressor, de querer votar os projetos sem a devida discussão, quebrando totalmente

a independência do Parlamento. Temos que respeitar a nossa Casa, a Assembleia, o Parlamento estadual.

Então fica aqui o meu repúdio quanto a forma que o governo vem agindo aqui nesta Casa.

Queria também falar hoje, deputado Sidelvan, eu que tenho cobrado de forma veemente inúmeras e inúmeras vezes, sobre a melhoria das condições das estradas baianas. São diversas estradas, deputado Herzem Gusmão, que se encontram em péssimas condições.

Hoje, tive a oportunidade de receber e conversar com diversos amigos, lideranças da região de Irecê, que tiveram que utilizar a importante Estrada do Feijão, a BA-052. E o impressionante, deputado Herzem Gusmão, é que todos os visitantes, as 3 lideranças que recebi hoje, tiveram os seus pneus furados ou os carros quebrados devido as péssimas condições da BA-052.

Como eu disse, a BA-052 é uma estrada importantíssima que liga toda a região de Irecê, passando por Serra Preta, Anguera, Baixa Grande, Mundo Novo, Morro do Chapéu, América Dourada, Xique-Xique, até chegar a Irecê, enfim, uma estrada importantíssima que escoia a grande produção daquela região, importante para os comerciantes, importante para os turistas e que se encontra em péssimas condições.

O governo do Estado anunciou que iria privatizar ou fazer uma concessão com relação a essa estrada, mas, até agora, não falou mais nada. Isso faz mais de 2 meses e não se vê uma solução concreta para melhorar a qualidade dessa estrada. Como eu disse, a estrada se encontra totalmente esburacada. São buracos, assaltos, acidentes, enfim, quem pensa em utilizar aquela importante estrada tem que passar por todos esses dissabores que acabei de nominar.

Então fica aqui a minha cobrança ao governo do Estado para que olhe com carinho as nossas estradas, para que olhe com carinho para a BA-052, a importante Estrada do Feijão, para que venham logo medidas enérgicas para que essa estrada seja recuperada ou se coloque, até a recuperação, em condições de trafegabilidade o que não existe hoje.

Então fica aqui, deputado Sidelvan, a minha cobrança ao governo do Estado para que olhe essas estradas, para que elas voltem a ter manutenção e sejam recuperadas.

Fica aqui a minha cobrança ao secretário da Infraestrutura e ao governador do Estado para que recuperem as importantes estradas da Bahia, mais especificamente, a BA-052- a famosa Estrada do Feijão.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Obrigado, deputado Pedro. Quero parabenizar V.Ex^a pelo discurso e dizer que passei nessa BA na semana passada e, realmente, está muito difícil trafegar por ela em direção a Irecê.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Com a palavra o deputado Bira

Coroa.

O Sr. BIRA CORÔA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Servidores, Imprensa, visitantes, primeiro faço uso da palavra, neste exato momento, para comunicar que, no dia 22 do mês corrente, a partir das 9:30h, teremos aqui nesta Casa a visita da ministra da Promoção da Igualdade Racial. Realizaremos uma audiência para debatermos a Década do Afrodescendente na Bahia e no Brasil.

Mas, Sr. Presidente, também aproveito para referendar, mais uma vez, a ação ocorrida com a audiência pública itinerante – vamos assim chamar, porque ela aconteceu no município de Inhambupe –, com a Comissão de Promoção da Igualdade e a Comissão de Políticas para as Mulheres, desta Casa, a fim de discutir uma emenda parlamentar que proíbe o debate sobre gênero e orientação sexual no município de Inhambupe. A audiência foi muito participativa, com a presença da Secretaria de Educação, e foi apresentado o Plano Municipal de Educação, que não excluía a participação das mulheres, não limitava a ação e conquista da sociedade e não feria a nossa Constituição. A emenda, sim, é altamente agressiva, inconsequente e, porventura, quebra direitos constitucionais já assegurados. Por isso a audiência teve, acima de tudo, esse peso e essa importância.

Quero aqui aproveitar para destacar que vários deputados têm colocado a situação das estradas e, é lógico, estamos tendo na Bahia o maior período de chuva, estamos saindo agora das chuvas. Mas não podemos negar que estamos falando de estradas, hoje, porque o ex-governador Jaques Wagner pôde entregar 8.000 quilômetros de estradas recuperadas e refeitas no Estado da Bahia.

Então, antes não se falava em estradas, nobre presidente, porque não tinha estrada no Estado da Bahia. Na realidade, a gente não andava sobre estradas, a gente andava nas costelas de vaca, na buracaria, nas picadas, nas vielas, porque não existiam estradas. E, exatamente, é esse governo passado, o anterior a esse projeto, que ora vem questionar estradas de rodagem. A tão famosa estrada do feijão, que quero concordar plenamente, uma estrada estratégica, importante, tão estratégica e importante que foi uma das primeiras estradas de rodagem que o ex-governador Jaques Wagner recuperou no Estado da Bahia e entregou em condição de uso, como antes não era. É a estrada cujos recursos os “desgovernos” passados utilizaram e sequer iniciaram a obra, sequer deram um trecho concluído de obra, mesmo tendo sido declarado nas prestações de conta como trechos realizados.

Então, acho muito bom puxar esse debate e concordo quando pontuado pela Oposição, porque isso orienta, inclusive, o governo para cumprir suas obrigações, seu papel. Mas é importante destacar que também abre um debate para a gente avaliar quem de fato tem tido compromisso com a aplicação de recursos públicos e quem não teve, quem não tinha o compromisso de realizar as obras e quem a realizou. Portanto, não se pode negar que as estradas de rodagem vão ser, sem dúvida alguma, nesse primeiro momento pós chuva, o alvo central, porque é lógico que as chuvas afetaram algumas das nossas estradas, que estão passando agora pelo processo de recuperação. Não se pode negar que em 8 anos se fez nesse Estado da Bahia, em

termos de estradas de rodagem, o que não se fez em 20 anos, o que não foi feito em 20 anos! Então, debater estradas e rodagens para mim é muito cômodo, muito tranquilo, e acho que a Oposição deve buscar um tema mais consistente para provocar o debate na Casa, porque estradas e rodagens não dá para debater.

Se fizermos um quadro comparativo, nenhum Estado do Brasil, conduzido por qualquer uma das gestões, superou a Bahia em obras de estradas e rodagens e recuperação. Isso, sem dúvida alguma, fez com que o interior, a Bahia inteira, reconhecesse a gestão do governador Jaques Wagner como uma das melhores, ou a melhor gestão já realizada neste Estado.

E, agora, reconhece a gestão do governador Rui Costa como a melhor na atualidade. E isso é fruto de quem trabalha, de quem tem compromisso, de quem tem cumprido com as expectativas e as necessidades do povo baiano.

Por isso, Sr. Presidente, fiz uso da palavra apenas como uma justificativa, e para me colocar à disposição para esse debate.

E aproveito para solicitar uma verificação de quórum para a continuidade desta sessão.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Não havendo número suficiente, declaro encerrada a presente sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php> Acesse e leia-as na íntegra.